

# Comissão Arinos: no debate, um projeto avançado

BRASÍLIA — Criada sob o descrédito do Congresso Nacional, das entidades da sociedade civil e até mesmo de setores do Governo e de alguns de seus integrantes, a Comissão Provisória para Estudos Constitucionais frustrou, ao fim de um ano de trabalho, quem apostava no fracasso: conseguiu superar as divergências entre progressistas e conservadores e apresentará ao Presidente José Sarney, na quinta-feira, um projeto na linha da social-democracia, considerado avançado por setores que antes a criticavam.

Descontando-se o episódio que culminou com o desligamento do Professor Ney Prado da Secretaria Geral — insatisfeito com o trabalho, classificou-o de demagógico —, os confrontos ideológicos no interior da Comissão não deixaram arestas maiores, segundo seus integrantes.

— Achei surpreendente o convívio da Comissão. Tinha gente que apostava que não duraríamos dois meses — afirma o cientista político Bolívar Lamounier.

“Persuasão mútua” é a expressão usada pelos progressistas para explicar como a maioria de centro ou moderada da Comissão apoiou suas respostas. Isso não quer dizer que todos tenham saído satisfeitos: o grupo de empresários e advogados de empresas, que atuou em bloco nas votações do capítulo da ordem econômica, achou o resultado final estatizante demais e foi derrotado em muitos pontos. Integraram este “bloco” os empresários Sérgio Quintella, Luiz Eulálio Vidigal, Raul Machado Horta, João Pedro Gouvêa e Alberto Venâncio.

— Quem não quer trabalhar, não pode reclamar — sentença o cientista social Hélio Jaguaribe, criticando a falta de assiduidade dos

empresários às reuniões.

Alguns conselheiros explicam que a maioria da Comissão estava numa linha de centro-esquerda e que a composição de forças variou de acordo com cada matéria discutida, numa espécie de “caleidoscópio”. Progressistas foram taxados de conservadores e vice-versa, em vários episódios.

Lamounier, por exemplo, que se alinhava à esquerda, foi acusado de conservadorismo ao votar contra o direito de voto aos 16 anos e criticar o excessivo detalhamento da questão social, que lhe parecia repetitiva. Antônio Ermírio de Moraes, apesar de empresário, aprovou a maior parte das inovações na área social e do trabalho, rejeitando apenas a diminuição da jornada semanal de trabalho para 40 horas. O capítulo da ordem social, por sinal, foi aprovado sem problemas pelo plenário, contrariando expectativas dos progressistas, que se preparavam para a briga.

O primeiro desentendimento aconteceu logo no início dos trabalhos, quando o Presidente Afonso Arinos submeteu ao plenário uma proposta de regimento interno, criando o cargo de Secretário-Geral, a ser ocupado por Ney Prado. Liderado pelo jurista Miguel Reale Júnior, o grupo paulista rebelou-se, pois achava que haveria sobreposição com as funções do Secretário-Executivo, Mauro Santayanna, nomeado por Tancredo Neves. No áspero diálogo que se seguiu, relata um conselheiro, Ney Prado lembrou que graças a ele a Comissão estava se reunindo numa sala no Banco Central. Reale, irritado, acusou:

— Eu sabia que o senhor tinha vocação policial.

O regimento jamais foi votado, mas Prado permaneceu na Secretaria-Geral.

Os aborrecimentos de integrantes da Comissão com o Secretário Geral eram administrados com muita diplomacia e está, repito, com muita diplomacia e bom humor por Arinos. Numa ocasião, ele brincou:

— Aqui vou eu, junto com meus dois Secretários. A minha direita, meu Secretário de esquerda (Santayanna). A minha esquerda, meu Secretário de direita (Prado).

O núcleo progressista da Comissão funcionou principalmente em torno dos conselheiros Ferro Costa, Sepúlveda Pertence (Procurador-Geral da República), Miguel Reale Júnior e Mauro Santayanna, entre outros. Eles negam, porém, a existência de “conchavos” ou manobras paralelas:

— A comissão respeitou as convicções dos conservadores. Ninguém foi objeto de discriminação — garante Jaguaribe.

— Acho que Ney Prado não conseguiu aprovar nenhuma proposta — afirma um outro conselheiro, lembrando que, certa vez, o próprio Prado ironizou esta situação, dizendo que iria apoiar uma emenda “só para ela cair”.

Nas discussões inflamadas havia sempre conselheiros com poder de convencimento para acalmar a situação. O professor Joaquim Falcão, por exemplo, é apontado por companheiros como o “conciliador” da Comissão. Entre os mais conservadores, o jurista Miguel Reale (o pai) foi elogiado por um colega pelo “jeito hábil de fazer oposição conservadora”. Uma rápida enquete mostra que as intervenções de maior influência ficaram por conta de Ferro Costa, Hélio Jaguaribe e Sepúlveda Pertence, este igualmente elogiado pela oportunidade de seus pronunciamentos.



Arinos superou crises com diplomacia e bom humor

## Elogios a Mendes, críticas a Prado

Por seu empenho nos trabalhos — chegou a gravar em vídeo-teipe as reuniões —, o professor Cândido Mendes ganhou o apelido de “Verdadeiro Secretário-Geral”. Também ganhou apelido a advogada Floriza Verucci: “Feminista Lights” (nem tanto assim). Com risadas, ela explica que, como a maioria dos homens, os da Comissão tinham a imagem da feminis-

ta feia e mal-arrumada. A outra mulher, professora Rosah Russomano, apesar de separada de Floriza por uma geração, também defendeu causas feministas e marcou posições firmes. Na última semana, por exemplo, enviou duríssimo telegrama a Ney Prado.

Outro desentendimento lembrado pelos conselheiros também envolve o ex-

Secretário, a quem se atribuiu a tentativa de evitar a reunião de Itaipava, quando foi concluído o trabalho. Ney Prado teria dito aos empresários que o esforço concentrado era uma manobra para obter-se uma maioria de esquerda nas votações, já que grande parte deles não poderia estar presente, mas a reunião foi mantida e a maioria compareceu.

ANC 88  
Pasta Agos/Out 86  
076

*ANC - CPEC*